

RELATÓRIO DAS DESIGUALDADES RAÇA GÊNERO CLASSE



Expediente

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

<http://gema.iesp.uerj.br>

gema@iesp.uerj.br

Coordenadores

João Feres Júnior

Luiz Augusto Campos

Pesquisadoras Associadas

Anna Carolina Venturini

Marcia Rangel Candido

Assistentes de pesquisa

Cleissa Regina de Oliveira Martins

Luna Sassara

Marcell Machado dos Santos

Natália Leão

Poema Eurístenes

Raissa Rodrigues

Capa, layout e diagramação

Luiz Augusto Campos

Marcia Rangel Candido



Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe

Natália Leão
Pesquisadora IESP-UERJ

Marcia Rangel Candido
Pesquisadora IESP-UERJ

Luiz Augusto Campos
Professor IESP-UERJ

João Feres Júnior
Professor IESP-UERJ

O objetivo deste relatório é tornar acessível ao grande público dados estatísticos relacionados a raça, gênero e classe no Brasil. Com base em resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011 a 2015, produzimos análises sobre distribuição da população, renda familiar, média de escolaridade, presença no ensino superior, taxa de desemprego, classe social, dentre outros, sempre em referência à variável raça e, em alguns casos, sua intersecção com gênero. As conclusões ressaltam as intensas desigualdades do país, sobretudo no que se refere à questão racial e ao grupo de mulheres pretas e pardas.

Introdução

Há alguns anos circula na internet o “teste do pescoço”, que instiga o leitor a refletir sobre as desigualdades em nossa sociedade a partir de suas experiências cotidianas, particularmente naquilo que toca a presença ou ausência de negros e brancos em diferentes atividades e espaços sociais: qual a cor dos médicos, dos trabalhadores domésticos, dos políticos, de professores, alunos e funcionários em colégios de elite e nas universidades, etc. A ideia é que a contemplação desses lugares permite uma resposta intuitiva à questão se há ou não discriminação no Brasil: pretos e pardos são raramente encontrados nas áreas e funções de maior poder aquisitivo e *status* social, ao passo que brancos nelas dominam¹.

¹ “Faça o teste do ‘pescoço’ e saiba se existe racismo no Brasil”. Pragmatismo Político, 09/jul/2013. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/07/teste-do-pescoco-revela-racismo-no-brasil.html>. Veja também <https://www.geledes.org.br/existe-racismo-brasil-faca-o-teste-pescoco-e-descubra/>. Acesso em 30/jun/2017.

Embora esse seja um simples exercício pedagógico que estimula reflexões individuais, ele corrobora grande parte das pesquisas produzidas nas ciências sociais sobre desigualdades no Brasil. Nas análises do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), por exemplo, a composição das candidaturas municipais, a distribuição de funções de prestígio no cinema brasileiro e nas telenovelas, a composição do ensino superior apresentam uma severa sub-representação da população preta e parda (Campos e Machado, 2016; Candido, Campos e Feres Jr, 2016; Campos e Feres Jr, 2015; Venturini, 2015; Venturini e Feres Jr, 2016).

Aspectos estruturais mais abrangentes, tal como a renda familiar ou a taxa de desemprego entre os grupos sociais, por sua vez, só podem ser conhecidos a partir de investigações que levem em conta bancos de dados bastante amplos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fornece indicadores demográficos e socioeconômicos de toda a população do país e constitui uma boa fonte para obtenção de dados estatísticos sobre desigualdades raciais. O IBGE disponibiliza uma ampla gama de dados estatísticos, a maioria contendo a variável raça/cor. Contudo, esses dados não estão organizados e sistematizados de maneira inteligível para o público não acadêmico. O objetivo deste relatório é facilitar a assimilação dos principais resultados quantitativos de raça, gênero e classe provenientes das bases de dados da PNAD e funcionar como referência para a obtenção de informações em relação às desigualdades no país.

Metodologia

O presente Relatório utilizou os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD dos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. Os levantamentos da PNAD são realizados por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: municípios, setores censitários e unidades domiciliares. O desenho das amostras da pesquisa possibilitam a expansão de seus resultados para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas (IBGE, 2016).

As edições da PNAD aqui utilizadas possuem informações demográficas e socioeconômicas que abrangem todos os moradores dos domicílios brasileiros amostrados, em todas as idades. Mas, o presente relatório abarcou apenas a população adulta, definida pelos indivíduos entre 18 e 64 anos de idade completos na data de referência das pesquisas – setembro dos referidos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

As análises foram realizadas a partir do cruzamento em tabelas de frequência, médias aritméticas e porcentagens estatísticas. Em seguida, foram elaborados gráficos sobre desigualdades raciais,

de gênero e de classe social, considerando ainda questões referentes a renda, desemprego, escolaridade e distribuição no ensino superior.

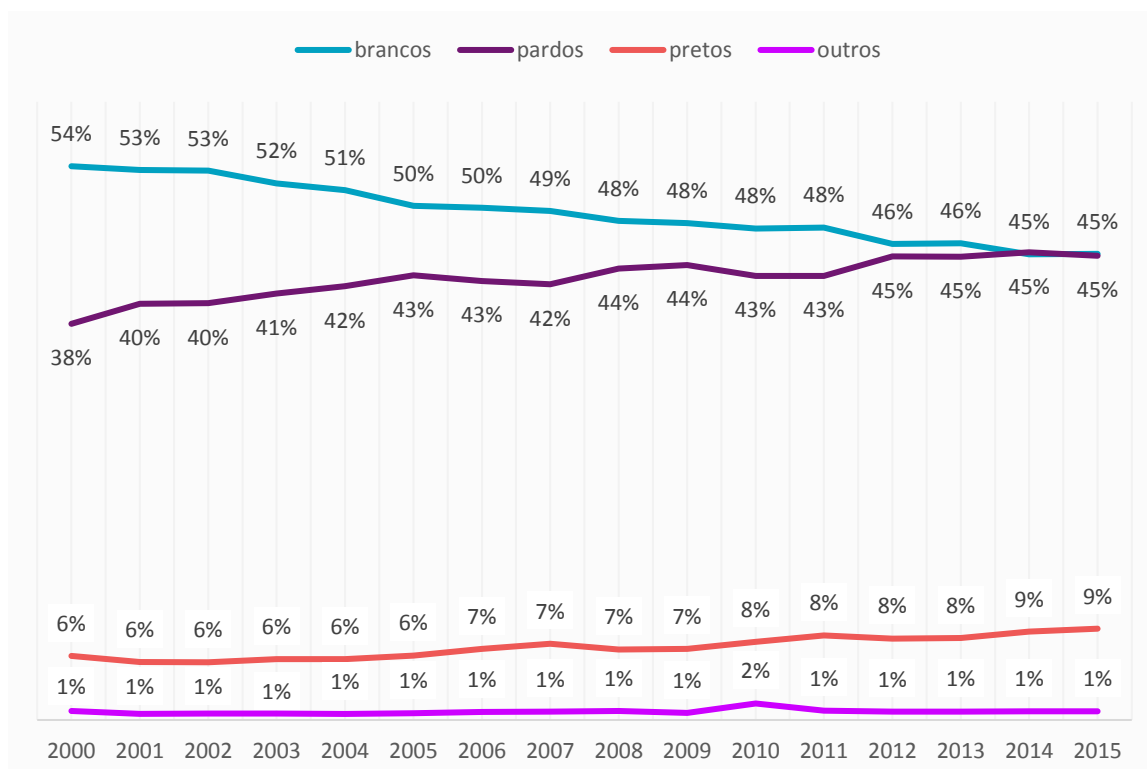
As desigualdades raciais foram mensuradas de acordo com a opção "cor ou raça" do informante em relação às cinco categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que são: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Focamos nos grupos de "cor ou raça" branca, preta e parda, dado que esses são, de longe, os mais representativos em nossa população (somados, indígenas e amarelos representam apenas 0,92% dos casos da PNAD).

Resultados

Os resultados apresentados nas próximas páginas podem ser divididos em duas partes, sendo a primeira focada nas desigualdades raciais (gráficos 1 a 12) e a segunda nas de raça e gênero (gráficos 13 a 15). Ainda que o tratamento isolado dos casos referentes aos grupos de cor permita ressaltar as intensas desigualdades entre brancos e não brancos, a conexão com a variável gênero reforça argumentos da literatura acadêmica feminista, particularmente o de que mulheres negras são especialmente atingidas por injustiças, e o de que as análises que não incorporam essa perspectiva interseccional deixam de apreender aspectos importantes da realidade (Spelman, 1988; Creenshaw, 1989; Collins, 2008).

O **Gráfico 1** apresenta a variação temporal da autoclassificação racial no Brasil entre os anos de 2000 e 2015. As categorias de cor "branco", "pardo" e "preto" são as que obtiveram maior recorrência nas pesquisas nacionais, embora os levantamentos do IBGE registrem ainda duas outras categorias, "amarelos" e "indígenas", no gráfico agregados sob o rótulo "outros". Nos últimos anos, a população que se autodeclara "branca" diminuiu em termos percentuais, enquanto a de "pardos" e "pretos" aumentou. Até 2014 a categoria "branca" representava o maior percentual no total dos grupos de cor do país. Em 2015 esse quadro mudou e os "pardos" atingiram o mesmo percentual que os "brancos": 45%.

Gráfico 1 Percentual de grupos de cor de acordo com autodeclaração entre 2011 e 2015



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

Vale lembrar que alguns estudos agregam “pretos” e “pardos” sob a categoria “negros”². O Estatuto da Igualdade Racial define em seu artigo IV que “população negra” é “o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”³. Esse somatório é justificado pela semelhança entre os indicadores socioeconômicos de cada um desses grupos (pretos e pardos) que, além disso, difere substancialmente dos dados referentes à população branca. A consideração dos negros como a adição dos autodeclarados pardos (45%) aos pretos (10%) conduz esse grupo a ser o que predomina na população: 55%. Apesar disso, inúmeras pesquisas

² Ver, por exemplo, Dossiê Mulheres Negras, 2013. Disponível em:

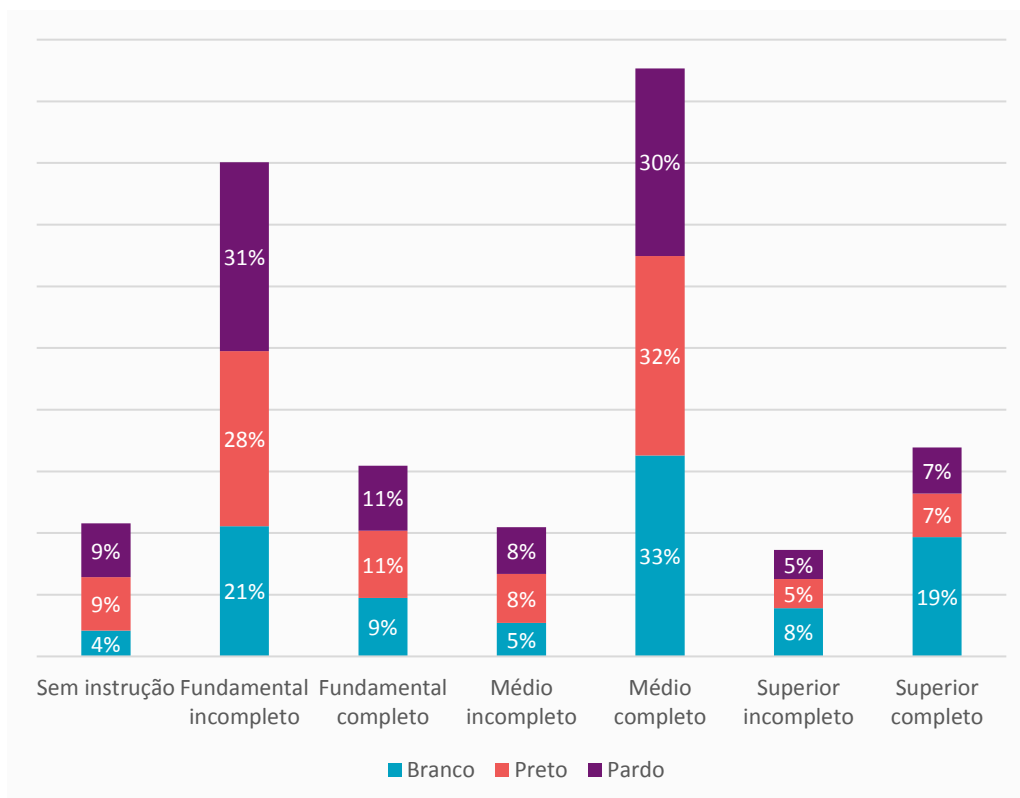
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf
Acesso em 28 de junho de 2017.

³ Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm Acesso em 28 de junho de 2017.

vêm demonstrado que uma parte substantiva da população que se declara parda não costuma optar pela categoria “negro” quando tem essa possibilidade (Silva e Leão, 2011). Ademais, se “pretos” e “pardos” parecem próximos em várias dimensões sociológicas como renda e escolaridade, o mesmo não vale para variáveis como preferências matrimoniais ou padrões de sociabilidade (Daflon, 2014; Telles, 2003). Por esses motivos, optamos por trabalhar com os dados desagregados sempre que isso não prejudicasse a inteligibilidade das análises. Nos demais casos, preferimos chamar o agregado de “pretos” e “pardos” de “não brancos”, como parte importante da literatura acadêmica.

O **Gráfico 2** apresenta a distribuição racial das brasileiras e brasileiros de acordo com seus níveis de escolaridade no ano de 2015. É possível verificar a proximidade entre as categorias pardo e preto, uma vez que cada uma tem 9% de respondentes sem instrução, 11% com ensino fundamental completo, 8% que não completaram o ensino médio, 5% que cursaram parte do ensino superior e 7% que o completaram. Além disso, as proporções dos que não terminaram o ensino fundamental (31% de pardos e 28% de pretos) e dos que possuem ensino médio completo (30% de pardos e 32% de pretos) são muito próximas. Os brancos, por sua vez, são os que mais frequentemente conseguem obter um diploma de ensino superior (19%). É interessante notar que, para além do grupo de cor ao qual os indivíduos pertencem, a maior parte da população brasileira se concentra entre as pessoas que não terminaram o ensino fundamental e as que completaram o ensino médio.

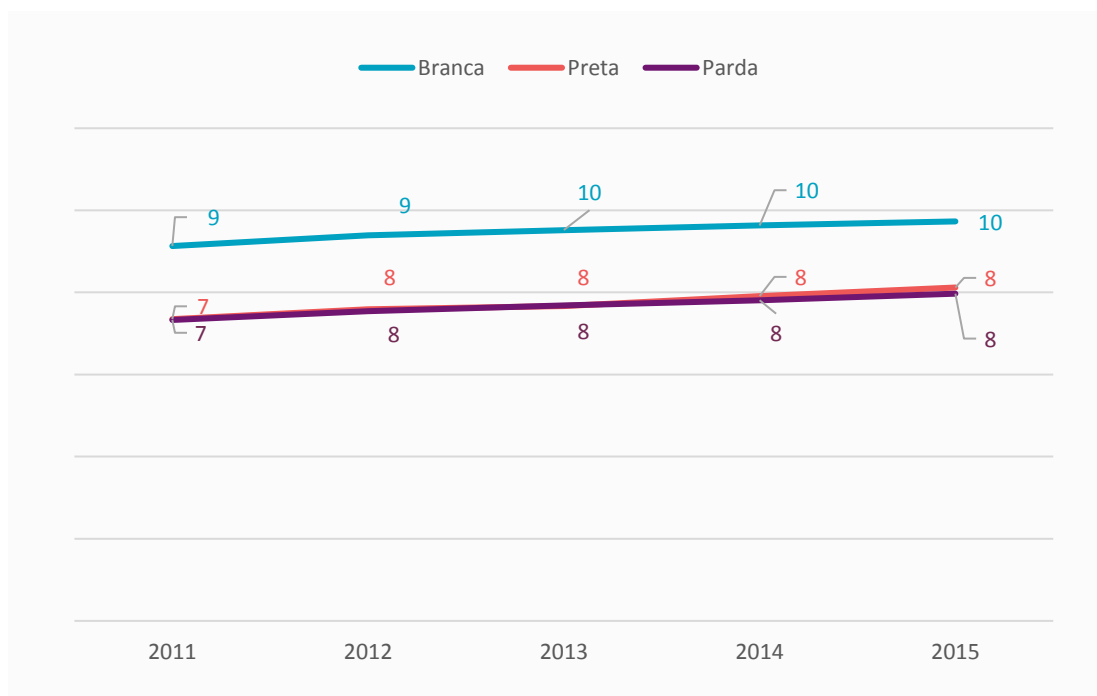
Gráfico 2 Distribuição racial por níveis de escolaridade em 2015



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

O **Gráfico 3** apresenta as médias de anos de estudo de acordo com os grupos de raça/cor entre os anos de 2011 e 2015. Os brancos atingiram as maiores médias: entre 9 e 10 anos de escolaridade. Autodeclarados pretos e pardos, por outro lado, obtiveram médias de escolaridade semelhantes e menores que a dos brancos, com um aumento de 7 para 8 anos a partir de 2012. Isso indica que, embora haja um incremento nos anos de estudo, a desigualdade entre brancos e não brancos permanece praticamente constante ao longo do período analisado.

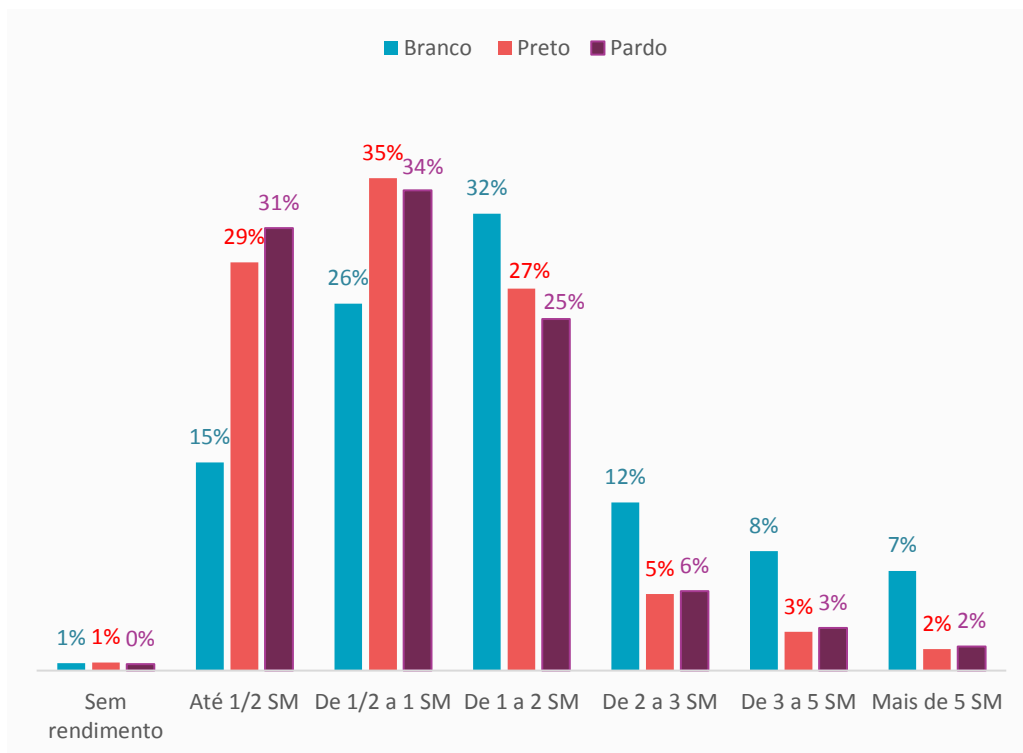
Gráfico 3 Média dos anos de escolaridade por raça/cor de 2011 a 2015



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

O **Gráfico 4** distribui os grupos raciais de acordo com sete faixas de renda: sem rendimento, meio salário mínimo, entre meio salário mínimo e um salário mínimo, de um a dois salários mínimos, de dois a três, de três a cinco e, por fim, a faixa superior a cinco salários mínimos de renda familiar *per capita*. Vale ressaltar aqui que o valor do salário mínimo no ano de 2015 era de R\$ 788,00. É possível notar que em 2015 os brancos representam a maioria dos indivíduos com rendimentos maiores que um salário mínimo. Os pardos ganham menos que os pretos nas faixas de renda que variam entre meio salário mínimo e dois salários mínimos, havendo uma inversão quando o rendimento é maior que dois salários mínimos. Contudo, é mais uma vez constatada a proximidade entre os indicadores socioeconômicos dos pretos e dos pardos.

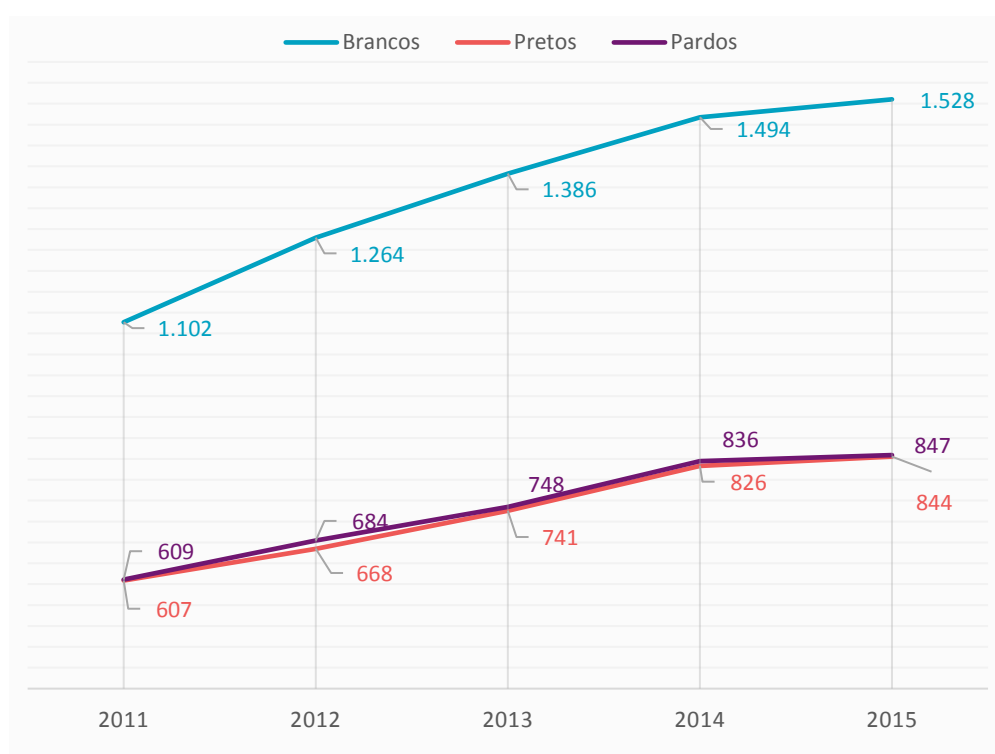
Gráfico 4 Distribuição racial por faixas de renda familiar *per capita* em 2015



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

O **Gráfico 5** apresenta a média da renda familiar *per capita* em reais de acordo com a variável raça entre os anos de 2011 e 2015. Apesar do aumento dos rendimentos nos últimos 4 anos ter ocorrido para todos os grupos da população, os brancos permanecem em posição de franca vantagem em relação aos pretos e pardos, com rendimento em torno de 80% superior ao de pretos e pardos ao longo de todo o período. É importante notar que a despeito de ter havido crescimento de renda para todos os grupos, a desigualdade entre eles permaneceu praticamente inalterada.

Gráfico 5 Média da renda familiar *per capita* por raça/cor entre 2011 e 2015 (em reais)



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

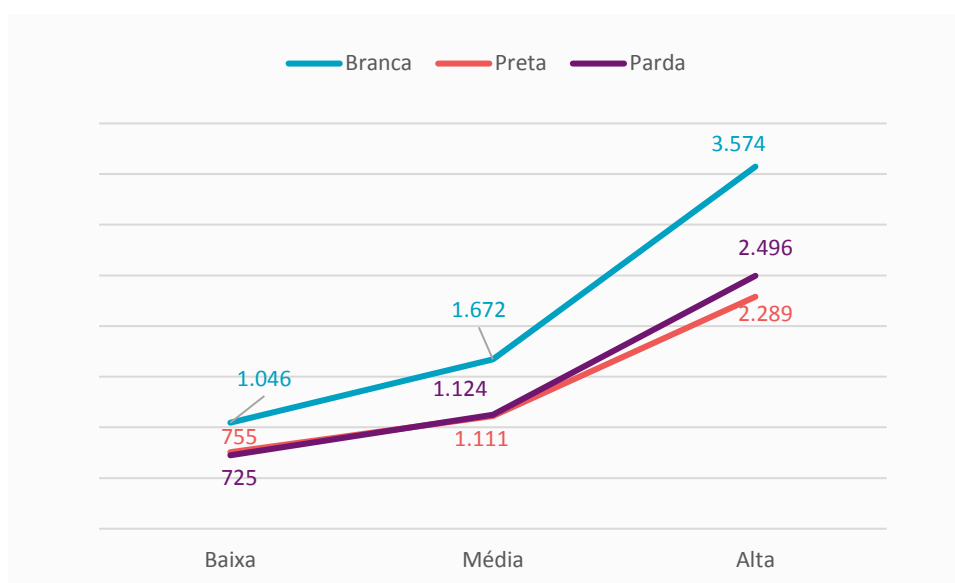
O **Gráfico 6** apresenta a média de renda familiar *per capita* de acordo com a raça e a classe social no ano de 2015. Os brancos obtêm um rendimento maior em todas as classes sociais – baixa, média ou alta⁴. Pretos e pardos, em geral, apresentam grande proximidade entre as médias de rendimento. Entretanto, é possível identificar um pequeno distanciamento entre aqueles que compõem a classe alta, uma vez que os pardos obtêm renda média de 2.496,29 reais e os pretos

⁴ As classes sociais foram estimadas a partir da agregação da classificação ocupacional Casmin (Análise comparativa da mobilidade social em nações industrializadas) da seguinte maneira: 1) Classe Alta: I - Profissionais e Administradores, Nível Alto; II - Profissionais e Administradores, Nível Baixo e; IVa - Pequenos Proprietários, Empregadores. 2) Classe Média: IIIa - Não-manual Rotina, Nível Alto; V - Técnicos e Supervisores do Trab. Manual; IIIb1 - Não-manual Rotina, Nível Baixo (Escritório) e; IVb - Pequenos Proprietários, sem Empregados. 3) Classe Baixa: VIa - Trabalhadores Manuais Qualif., Ind. Moderna; VIc - Trabalhadores Manuais Qualif., Serviços; VIIa2 - Trabalhadores Manuais Não-qualif., Ind. Moderna; IVc1 - Pequenos Proprietários Rurais, com Empregados; VIIa4 - Trabalhadores Manuais Não-qualif., Ambulantes; VIb - Trabalhadores Manuais Qualif., Ind. Tradicional; VIIa3 - Trabalhadores Manuais Não-qualif., Serv. Doméstico; VIIa1 – Trabalhadores Manuais Não-qualif., Ind. Trad. e; VIIb – Trabalhadores Manuais Rurais.

relatório das desigualdades de raça, gênero e classe (**gemaa**) / ano 2017 / n. 1 / p. 10

de 2.289,38 reais. Outro dado relevante é a maior proximidade entre as rendas de brancos e não brancos de classe baixa em comparação com a maior distância entre as rendas desses grupos nas classes mais altas. Isso indica que a desigualdade racial entre as rendas é maior nas classes mais altas que nas mais baixas.

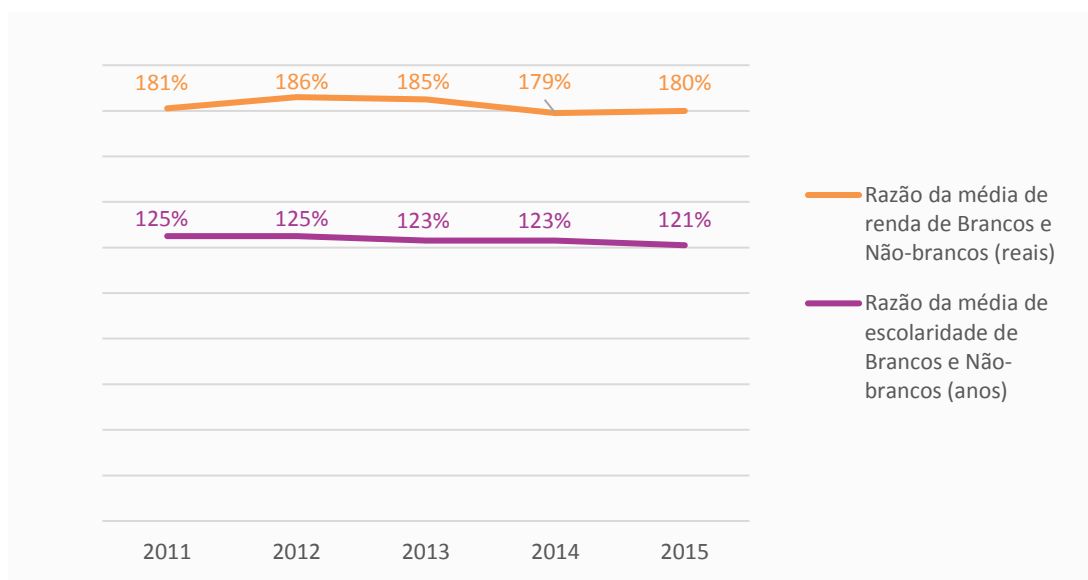
Gráfico 6 Média da renda familiar *per capita* por raça/cor e classe social em 2015 (reais)



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

O **Gráfico 7** mostra a diferença existente entre a renda média e a escolaridade média de brancos e não brancos, calculada pela divisão de uma pela outra. Em virtude da proximidade dos dados referentes a pretos e pardos, optamos por apresentar a razão média desses dois grupos em conjunto. Notamos que os brancos ganham em média 80% a mais que os não brancos e apresentam escolaridade contada em anos 20% superior aos não brancos, em média. Note-se que, como já havíamos apontado, a desigualdade de renda permaneceu quase constante no período analisado, enquanto a desigualdade de anos de escolaridade apresentou uma tímida redução.

Gráfico 7 Razão entre a média de renda familiar *per capita* e a escolaridade de brancos e não brancos no Brasil entre 2011 e 2015 (%)

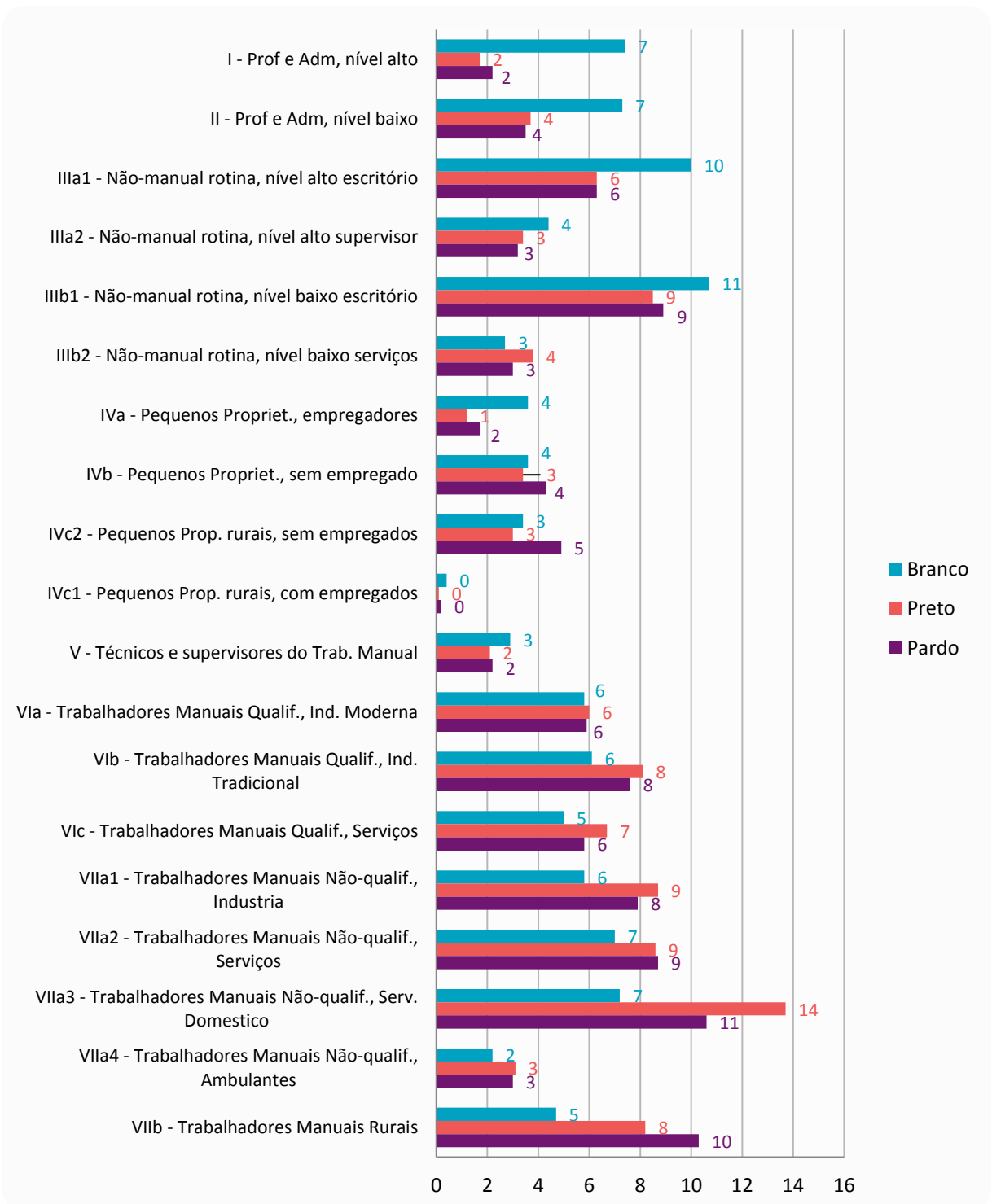


Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

No **Gráfico 8**, analisamos a representatividade de cada grupo racial de acordo com sua ocupação ou classe social, utilizando a classificação ocupacional Casmin (Análise comparativa da mobilidade social em nações industrializadas) readaptada ao Brasil pelo pesquisador Carlos Antônio Costa Ribeiro⁵. Podemos perceber que os brancos representam a maioria nas classes sociais de maior *status* e com maiores rendimentos (profissionais, administradores, trabalhadores de atividades não manuais, etc.). Pretos e pardos encontram-se, em contrapartida, mais representados nos estratos médios e inferiores (trabalhadores manuais, trabalhadores rurais, etc.). Notamos no gráfico uma verdadeira divisão racial do trabalho, com os brancos super-representados nas ocupações intelectuais e os não brancos super-representados no trabalho manual, com destaque para a alta proporção de pretos nos serviços domésticos.

⁵ Para maiores detalhes sobre o esquema de classificação ocupacional utilizado aqui, Cf: RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru, SP; Edusc, 2007. Disponível em: <http://ceres.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2016/05/Estrutura-de-classe-e-mobilidade-social-no-Brasil-Carlos-Ant%C3%B4nio-Costa-Ribeiro.pdf>

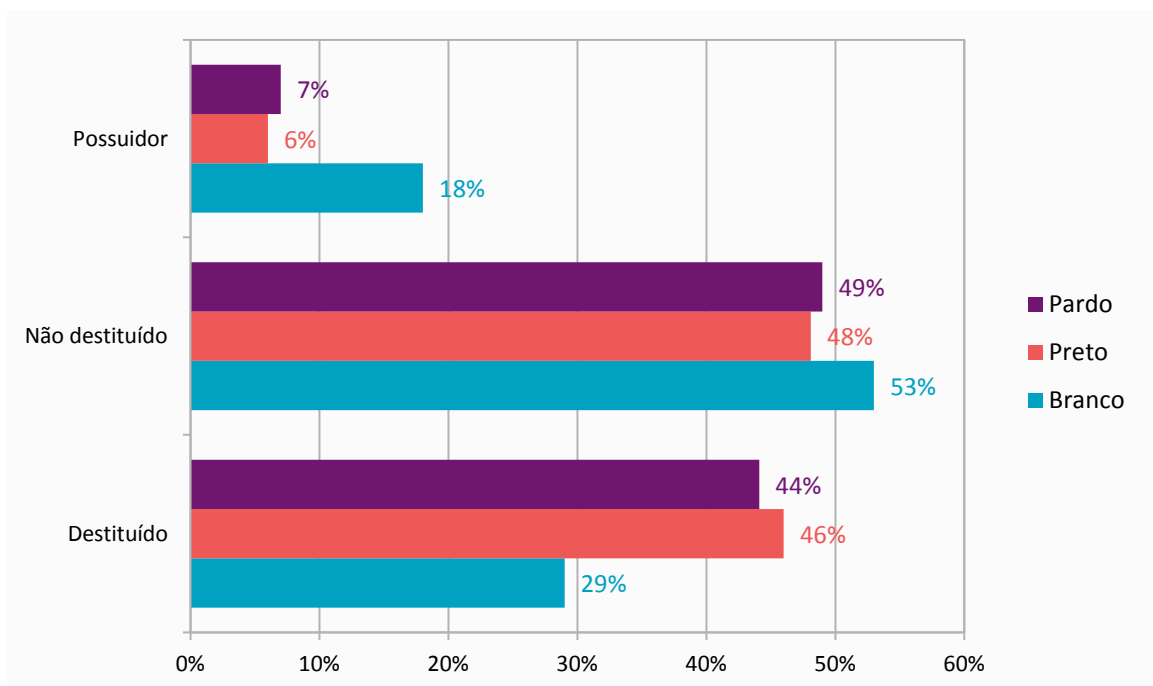
Gráfico 8 Distribuição racial por classe social em 2015 (Casmin)



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

O **Gráfico 9** analisa a distribuição racial dentro das classes sociais, de acordo com a classificação feita por José Alcides dos Santos (2015), baseada na posse ou não de propriedade, de autoridade exercita no âmbito social ou trabalhista e de qualificação por parte do indivíduo⁶. Assim, chegamos a três classes: possuidores (aqueles que detêm esses bens), não destituídos (aqueles que possuem apenas um dos três bens) e os destituídos (os que não possuem propriedade, autoridade e nem qualificação). Mais uma vez constatamos que os brancos são a maioria dentro da classe social dos possuidores e dos não destituídos. Entre os possuidores alcançam uma proporção em torno de 3 vezes àquela de pretos e pardos. Pretos, por seu turno, são os mais representados dentro dos destituídos, seguidos bem de perto dos pardos.

Gráfico 9 Distribuição racial por classe social no Brasil 2015 (Santos)

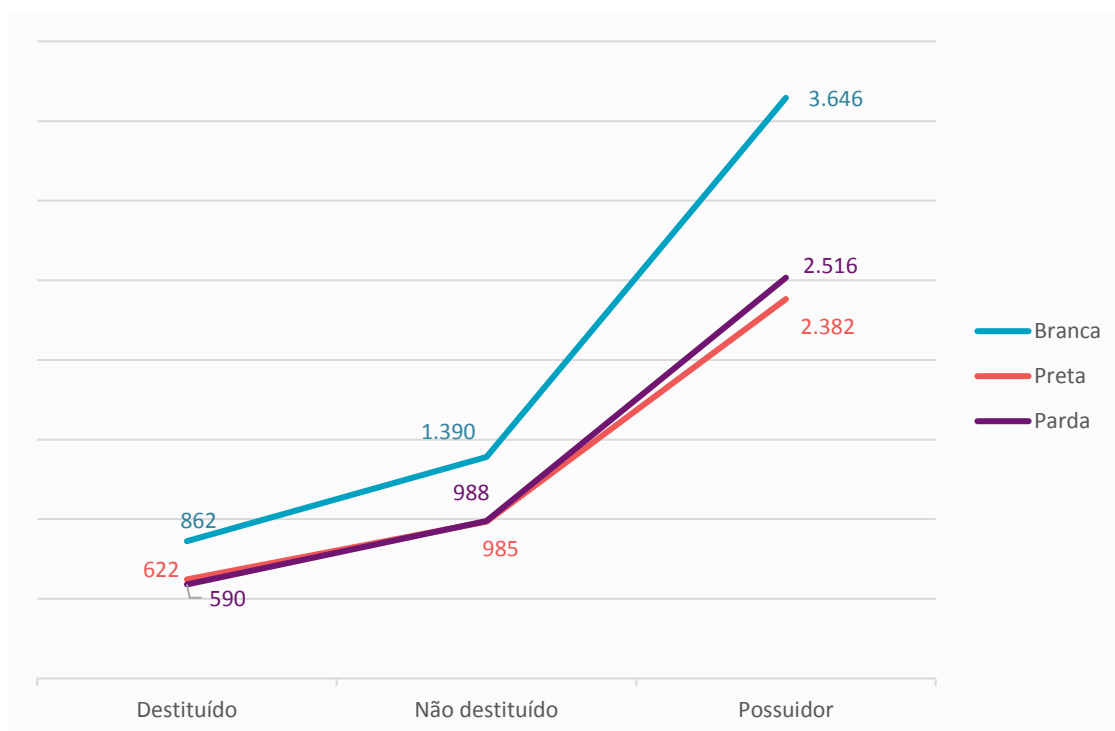


Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

⁶ Para maiores informações, conferir: SANTOS, José Alcides. Uma Classificação Socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n o 58. 2005.

O **Gráfico 10** expõe a média da renda familiar *per capita* de acordo com raça e classe. É possível notar que a população com maior renda é a dos possuidores, sendo que a maioria deles é de cor branca. A diferença de renda entre brancos, pretos e pardos pertencentes à classe dos destituídos é em torno de 150 reais. A diferença cresce à medida que passamos para as classes dos não destituídos e possuidores, alcançando aproximadamente mil reais nesta última.

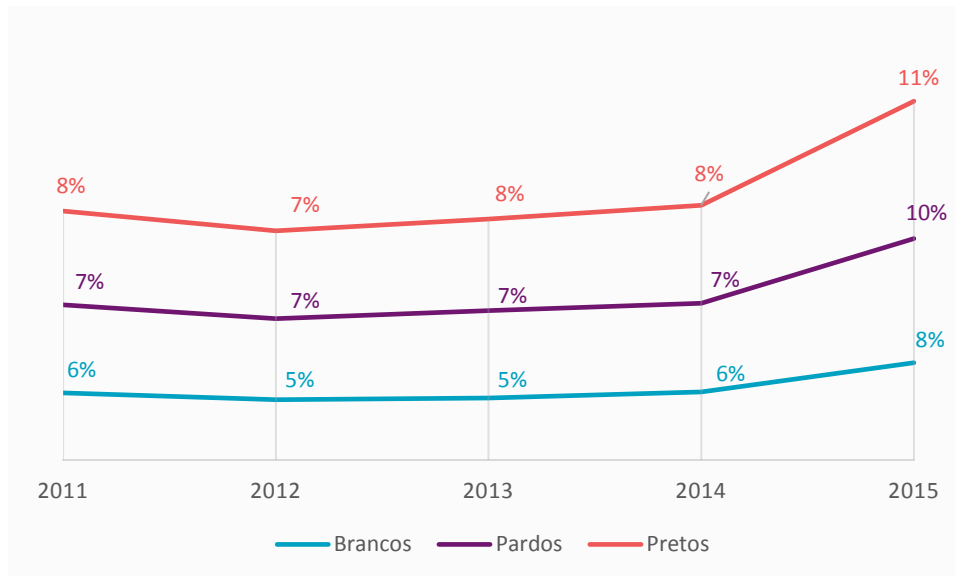
Gráfico 10 Média da renda familiar *per capita* por raça/cor e classe social, entre 2011 e 2015



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

O **Gráfico 11** apresenta a taxa de desemprego de cada grande grupo de cor da população. Para os pretos, a taxa oscilou entre 8% e 11% nos últimos anos. O índice de desemprego entre os autodeclarados pardos foi bem próximo ao dos pretos ao longo de todo o período, com uma diferença quase constante em torno de um ponto percentual. Os brancos são os menos atingidos pela falta de emprego: mantiveram uma taxa que oscilou entre um e dois pontos percentuais abaixo da dos pardos ao longo do período.

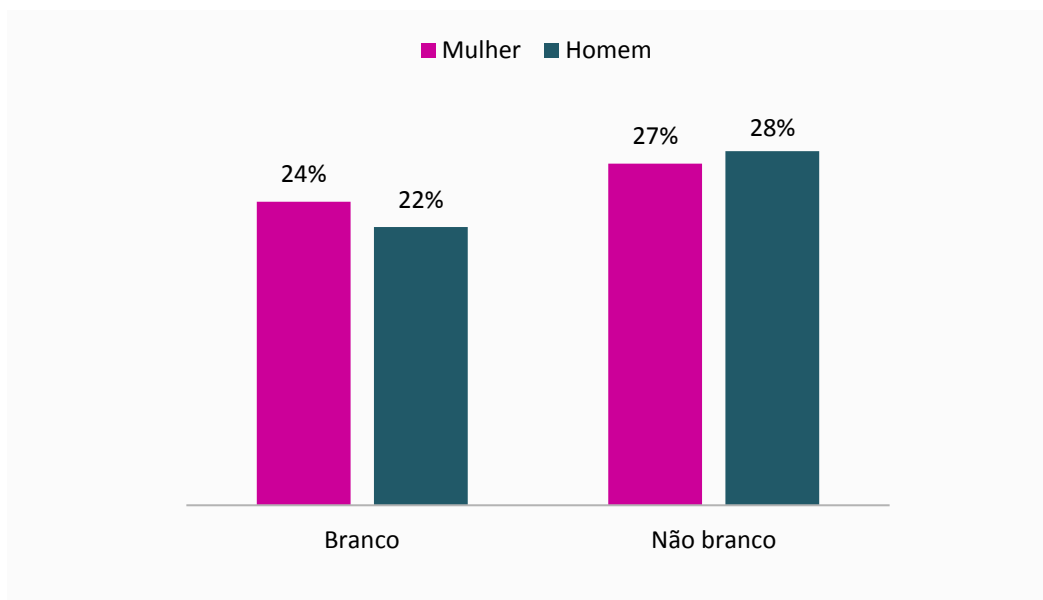
Gráfico 11 Taxa de desemprego por raça/cor entre 2011 e 2015 (%)



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

O **Gráfico 12** apresenta a distribuição da população em 2015 segundo gênero e raça de indivíduos na faixa etária dos 18 aos 64 anos. As pessoas não brancas, ou seja, autodeclaradas pretas ou pardas, são maioria na população: 55% contra 46% de brancos. Os homens não brancos são o grupo com maior percentual (28%), seguidos das mulheres não brancas (27%), das mulheres brancas (24%) e, por fim, dos homens brancos (22%). Levando em conta as três categorias raciais mais representativas segundo o IBGE, a população brasileira divide-se assim: mulheres brancas (24%), mulheres pardas (22%), mulheres pretas (5%), homens brancos (22%), homens pardos (23%) e homens pretos (5%).

Gráfico 12 | Distribuição da população de acordo com raça/cor e gênero em 2015



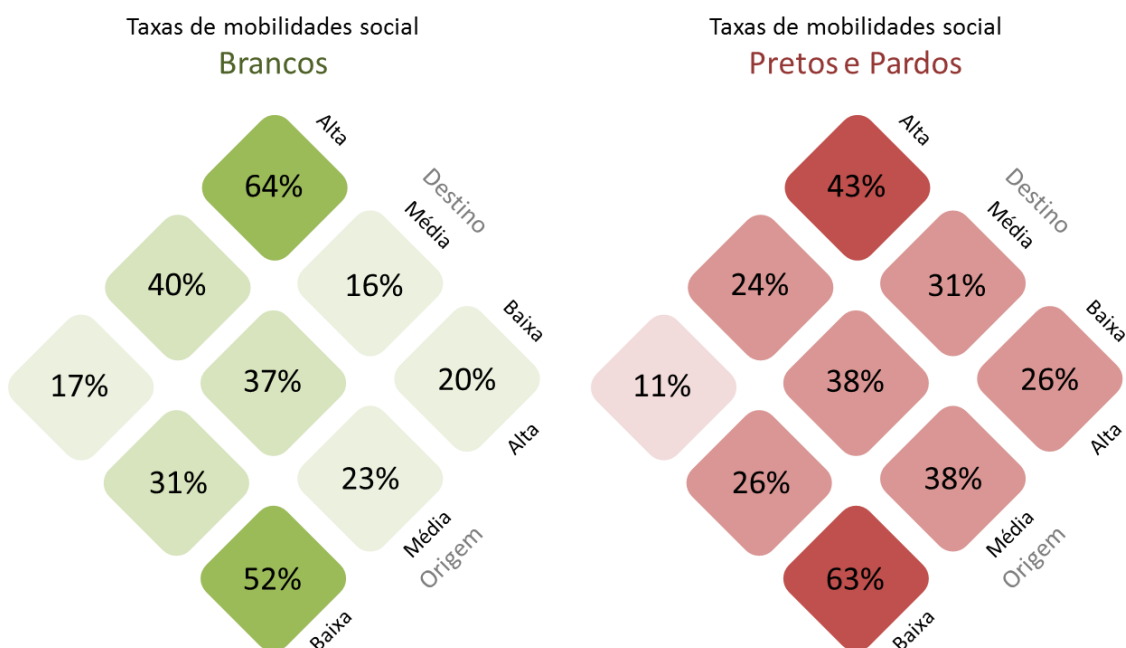
Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

O **Gráfico 13** apresenta as taxas de mobilidade social de brancos e não brancos de acordo com o suplemento da PNAD de 2014. Tais percentuais mostram a proporção de indivíduos originados em um determinado estrato social, definido pela ocupação de seus pais quando eles possuíam 15 anos de idade, e o estrato social de destino, definido pela ocupação dos mesmos no momento da entrevista. Tendo em vista que a saída massiva das mulheres para o mercado de trabalho é relativamente recente no Brasil, costuma-se calcular essas taxas levando em conta apenas as ocupações dos pais e dos filhos homens. Portanto, esses dados se referem apenas a homens entre 15 e 60 anos no momento da pesquisa.

O quadrante superior mostra que 64% dos homens brancos oriundos de classe alta permaneceram nesse estrato, enquanto para homens pretos e pardos essa proporção é de 43%. Isso quer dizer que brancos de classe alta têm mais chances de permanecer nesse estrato do que não brancos. Ao mesmo tempo, a situação se inverte quando observamos os homens oriundos de classe baixa e que não ascenderam socialmente. Dentre os brancos, essa proporção é de 52%, onze pontos percentuais a menos que a de pretos e pardos (63%). O mesmo vale para aqueles que ascenderam da classe média para a classe alta. Enquanto 40% dos homens brancos cujos pais

tenham ocupações classificadas aqui como médias conseguiram ocupar posições de classe alta, apenas 24% dos pretos e pardos de classe média conseguiram o mesmo sucesso.

Gráfico 13 | Taxas de mobilidade social entre brancos e não brancos em 2015

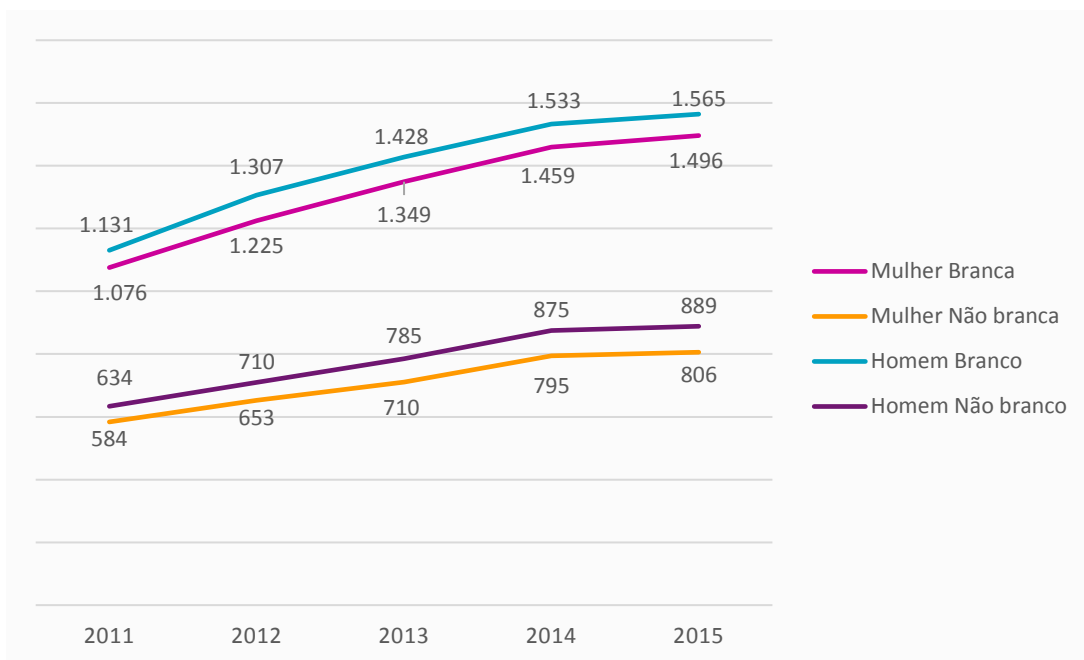


Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

Esses dados indicam que, para além da desigualdade de condições patente entre brancos, pretos e pardos, há também desigualdades de oportunidades renitentes. Pretos e pardos não apenas nascem e vivem em condições socioeconômicas piores que brancos, mas também são mantidos nessas condições e impedidos de ascender mais do que brancos. Os mecanismos sociais que impedem a equalização das taxas de mobilidade, isto é, que produzem reiteradamente as desigualdades raciais, ainda não são claros. Mas se brancos e não brancos originados de contextos econômicos similares ainda assim experimentam desigualdade em suas trajetórias, é bastante provável que mecanismos de discriminação racial operem no sentido de manter as desvantagens que incidem sobre pretos e pardos em relação aos brancos.

O **Gráfico 14** apresenta a média de renda familiar *per capita* de acordo com raça e gênero. O rendimento familiar mensal cresceu ao longo do período para todas as categorias: homens brancos, mulheres brancas, homens não brancos e mulheres não brancas. A diferença entre o grupo com maior renda (homens brancos) e o de menor renda (mulheres não brancas) é em torno de quinhentos a setecentos reais. Essas diferenças se mantêm ao longo dos anos. Agregamos pardos e pretos em virtude da semelhança dos dados de cada grupo. Para se ter uma ideia da proximidade entre os dois grupos, em 2015, enquanto homens brancos recebiam em média 1.564 reais e mulheres brancas 1.496 reais, homens pardos recebiam 887 reais, homens pretos 892 reais, mulheres pardas 808 reais e mulheres pretas 795 reais. Em suma, como podemos constatar, a variável raça expressa bastante mais desigualdade do que o gênero.

Gráfico 14 Média da renda familiar *per capita* por raça/cor e gênero no Brasil entre 2011 e 2015 (em reais)

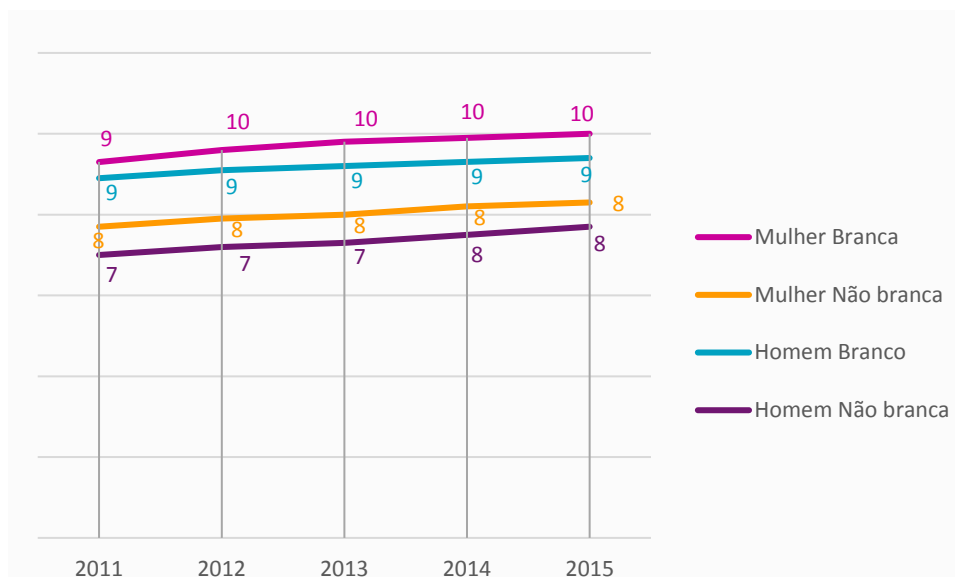


Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

O **Gráfico 15** mostra a média dos anos de escolaridade de acordo com os grupos raciais e de gênero. Em todos os grupos de cor, as mulheres possuem médias maiores que as dos homens, o que significa que elas têm mais anos de formação. As mulheres de cor branca têm mais tempo de escolaridade em relação a todos os outros indivíduos, inclusive os homens brancos. Os homens

não brancos, por sua vez, são os que alcançam menores médias. A observação desagregada de não brancos também permite constatar a extrema proximidade entre autodeclarados pretos e pardos: em 2015, a média de anos de escolaridade de mulheres pretas era de 8,4 e a de mulheres pardas, 8,3. Os homens pretos, por sua vez, obtiveram uma média de 7,8 anos, enquanto os homens pardos, 7,6.

Gráfico 15 Média dos anos de escolaridade por raça/cor e gênero no Brasil entre 2011 e 2015



Fonte: GEMAA, a partir de dados do IBGE.

Considerações Finais

O objetivo deste relatório foi tornar acessível ao grande público alguns indicadores socioeconômicos relativos às desigualdades de raça, gênero e classe no Brasil. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaboramos gráficos que comparam dados de brancos, pretos e pardos dos diferentes sexos e classes. Os resultados revelam as severas desigualdades presentes na sociedade brasileira: pretos e pardos, quando somados, são maioria na população; no entanto, no que se refere aos rendimentos, à escolaridade e à distribuição em classes sociais, estão sempre em posições de desvantagem em relação aos brancos.

Como diferentes estudos vêm mostrando, houve uma relativa melhora no período analisado de alguns dos índices socioeconômicos brasileiros, como escolaridade média da população e renda (Soares, 2010). Contudo, as desigualdades entre brancos e não brancos permaneceram razoavelmente constantes, indicando que o desenvolvimento econômico não necessariamente veio acompanhado de uma redução proporcional das desigualdades raciais. Provavelmente, isso se deva ao fato de que a desigualdade entre as taxas de mobilidade social de brancos, de um lado, e pretos e pardos, de outro, terem se alterado muito pouco. Embora as condições de vida da população tenham melhorado em alguns aspectos, a situação dos não brancos, tradicionalmente mais desfavorecidos, não melhorou mais intensamente.

A exploração da intersecção entre as variáveis raça e gênero permitiu pôr em evidência que as mulheres pretas ou pardas ainda são as mais vitimadas pelas desigualdades, enquanto os homens brancos e mulheres brancas permanecem como os mais privilegiados. Embora existam desigualdades de gênero na sociedade brasileira, as injustiças em relação aos pretos e pardos são mais intensas, uma vez que as mulheres brancas constantemente atingem melhores índices do que os homens e mulheres pretos e pardos, e até que homens brancos, como é o caso da escolaridade.

A se confirmar o cenário de retrocesso geral em relação aos avanços das políticas sociais e de inclusão das últimas décadas, a tendência é assistirmos ao aumento das desigualdades raciais, de gênero e interseccionais. Embora o desemprego, por exemplo, venha aumentando em todos os grupos raciais desde 2013, ele aumenta de forma mais severa para a população autodeclarada preta, seguida das populações parda e branca, respectivamente. A tendência histórica em sociedades marcadas pela desigualdade, como a nossa, é de as elites perderem menos em tempos de crise e ganharem mais em tempos de bonança. Assim, somente a manutenção de um conjunto consistente de políticas públicas visando a inclusão e a mitigação de mecanismos discriminatórios pode alterar no médio e longo prazo essa injustiça terrível cometida cotidianamente contra a maioria dos brasileiros.

Referências:

- CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João. Televisão em cores? Raça e sexo nas telenovelas “Globais” dos últimos 30 anos. *Textos para discussão GEMAA*, n. 10, 2015, pp. 1-23.
- CANDIDO, Marcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto & FERES JÚNIOR, João. “A Cara do Cinema Nacional”: gênero e raça nos filmes nacionais de maior público (1995-2014). *Textos para discussão GEMAA*, n. 13, 2016, pp. 1-20.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York, Routledge, 2008.
- CRENSHAW, Kimberle. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. The University of Chicago Legal Forum, vol. 140, 1989, pp. 139-167.
- DAFLON, Verônica Toste. Tão longe, tão perto: pretos e pardos e o enigma racial brasileiro. 2014. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado em Sociologia. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- LEÃO, Natália & CAMPOS, Luiz Augusto. A cor do ENEM 2014: comparação entre o perfil e o desempenho de brancos, pardos e pretos. *Textos para discussão GEMAA*, n. 14, 2016, pp. 1-15.
- SPELMAN, Elizabeth. *Inessential woman: problems of exclusion in feminist thought*. Boston, Beacon Press, 1988.
- SILVA, Graziella & LEÃO, Luciana. A multidimensionalidade das fronteiras raciais no Brasil: identidades e percepção de discriminação entre pretos e pardos. *Anais do 39º Encontro da ANPOCS*, 2011.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável?. *Revista de Economia Política*, v.30, n.3, pp.364-380, 2010.
- TELLES, Edward. *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará e Fundação Ford, 2003.
- VENTURINI, Anna Carolina. FERES JÚNIOR, João. Onze anos da ação afirmativa sem cota da UNICAMP. *Textos para discussão GEMAA*, n. 11, 2016, pp. 1-24.
- VENTURINI, Anna Carolina. O Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP). *Textos para discussão GEMAA*, n. 9, 2015, pp. 1-17.

Como citar

LEÃO, Natália; CANDIDO, Marcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João. *Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe (GEMAA)*, n. 1, 2017, pp. 1-21.